



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Sistema Bancário Português

Desenvolvimentos Recentes
Data de referência: 2.º trimestre 2014

Redigido com informação disponível até 16 de setembro de 2014



- Sistema Bancário Português – Avaliação Global
- Medidas Recentes com Impacto sobre o Sistema Bancário
- Indicadores Macroeconómicos e Financeiros
- Sistema Bancário Português
 - Estrutura de balanço
 - Liquidez e financiamento
 - Qualidade dos ativos
 - Rendibilidade
 - Solvabilidade



- I. Estrutura de balanço
 - A redução da carteira de crédito foi o principal contributo para a redução do ativo
- II. Liquidez e financiamento
 - O rácio crédito-depósitos diminuiu
 - O recurso ao Eurosistema diminuiu consideravelmente
- III. Qualidade dos ativos
 - O rácio de crédito em risco aumentou, apesar do abrandamento do fluxo de novos empréstimos vencidos e outros de cobrança duvidosa
- IV. Rendibilidade
 - Excluindo o BES, a rendibilidade do sistema bancário foi positiva, ainda que a um nível reduzido
 - O fluxo de imparidade para crédito diminuiu, mas permanece elevado
- V. Solvabilidade
 - Os níveis de solvabilidade permaneceram globalmente confortáveis na maioria dos bancos portugueses. Excluindo o BES, observou-se um ligeiro aumento nos rácios de solvabilidade médios.

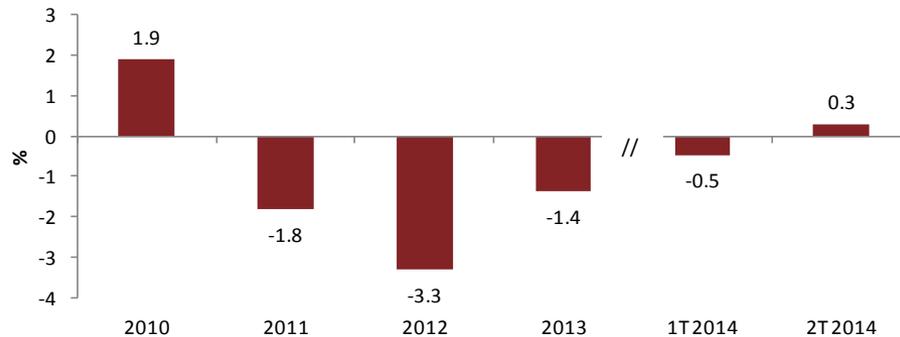
Nota: Os dados relativos ao sistema bancário incluem a instituição ESFG, até março de 2014 e o BES, em base consolidada, a junho de 2014, o que decorre da alteração na entidade sujeita a supervisão pelo Banco de Portugal. Esta alteração, conjuntamente com as imparidades substanciais que motivaram a medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal, tem um impacto não negligenciável nos números agregados do sistema bancário. Por este motivo, sempre que relevante, é comentada, para benefício da análise, a evolução dos indicadores excluindo a instituição relevante do grupo (ESFG até março de 2014 e BES, em base consolidada, a junho) do agregado do sistema, que se refere no texto como “excluindo BES”.



| Tópico | Instituição | Medidas do 2.º trimestre 2014 |
|---------------------|-------------------|---|
| Liquidez | BCE | <p>Decisão do Conselho do BCE, de 5 de junho de 2014, de adotar novas medidas não convencionais de política monetária, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ A realização de uma série de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (ORPA direcionadas), com maturidade em setembro de 2018, com uma taxa de juro fixada ao longo da vida de cada operação à taxa das operações principais de refinanciamento do Eurosistema em vigor no momento da operação, acrescida de um <i>spread</i> fixo de 10 pontos base;▪ A continuação da condução das operações principais de refinanciamento e das operações de refinanciamento de prazo alargado com prazo de três meses sob a forma de procedimentos de leilão de taxa fixa com colocação integral da procura, pelo período de tempo necessário e, pelo menos, até ao final do período de manutenção de reservas que termina em dezembro de 2016;▪ A descontinuação das operações de refinanciamento de prazo especial do Eurosistema com prazo de um período de manutenção de reservas, após a operação realizada a 10 de junho de 2014;▪ A suspensão das operações ocasionais de regularização com uma periodicidade semanal, que esterilizam a liquidez disponibilizada ao abrigo do programa dos mercados de títulos de dívida, após a operação realizada a 10 de junho de 2014;▪ O prolongamento, pelo menos até setembro de 2018, da atual elegibilidade de ativos adicionais como garantia, nomeadamente ao abrigo do quadro relativo aos direitos de crédito adicionais, a fim de assegurar a suficiente disponibilidade de ativos de garantia para os bancos poderem participar nas ORPA direcionadas. |
| | | <p>Decisão do Conselho do BCE, de 5 de junho de 2014, de adotar, no contexto da decisão de redução das taxas de juro oficiais do BCE, uma taxa de juro da facilidade de depósito negativa de -0.10%, aplicável também às reservas médias que ultrapassem as reservas mínimas obrigatórias e a outros depósitos junto do Eurosistema.</p> <p>Esta decisão materializou-se na aprovação da Decisão BCE/2014/23, de 5 de junho de 2014, que entrou em vigor a 11 de junho de 2014, tal como as alterações das taxas de juro oficiais do BCE.</p> |
| Enquadramento legal | Banco de Portugal | <p>Publicação do Aviso n.º 2/2014 que altera o Aviso n.º 9/2012, relativo aos requisitos de informação em matéria de gestão do risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, a reportar periodicamente ao Banco de Portugal por entidades sujeitas à sua supervisão ou que prestem serviços financeiros relacionados com matérias sujeitas à sua supervisão.</p> |



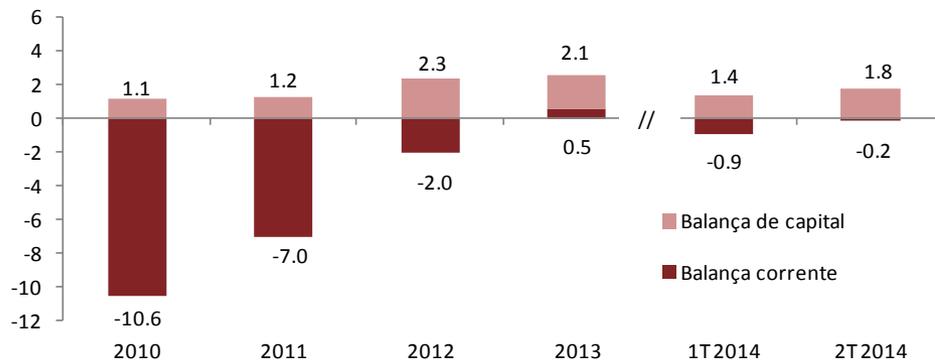
Taxa de crescimento do PIB - Volume



Nota: Os valores trimestrais correspondem a taxas de variação em cadeia.
A série apresentada tem subjacente o nível do PIB calculado de acordo com o novo Sistema Europeu de Contas - SEC 2010. Nas restantes séries em que o PIB surge como denominador a base mantém-se SEC 1995, por consistência com a base dos numeradores (balança corrente e de capital, dívida pública, défice orçamental, contas nacionais financeiras). Estas variáveis ainda não foram revistas pelas entidades competentes, de acordo com o SEC 2010.

Gráfico 1

Balança corrente e de capital, em % do PIB



Nota: Os dados trimestrais encontram-se ajustados de sazonalidade.

Gráfico 2

■ No segundo trimestre de 2014, o PIB registou uma taxa de variação em cadeia trimestral positiva, após uma variação negativa no primeiro trimestre de 2014.

■ A balança corrente e de capital manteve-se excedentária, a um nível superior ao observado no trimestre anterior, registando-se um ligeiro défice na balança corrente.



Taxa de desemprego, em % da população ativa - Valor médio do período

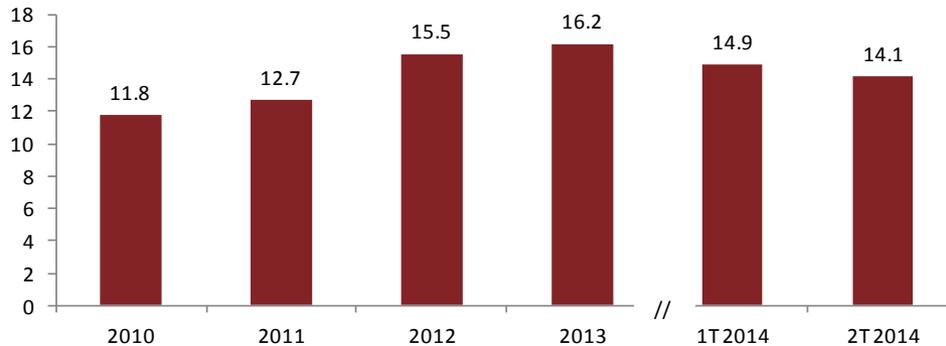


Gráfico 3

Défice orçamental, em % do PIB

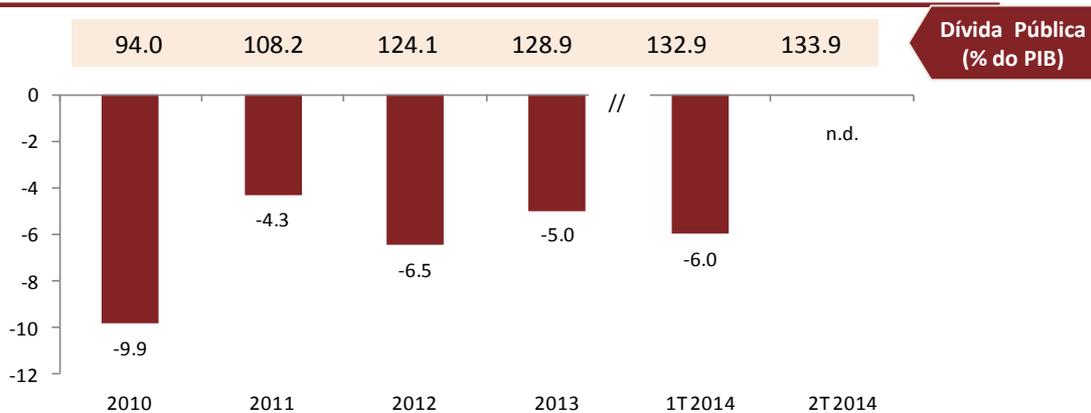


Gráfico 4

▪ No segundo trimestre de 2014 a taxa de desemprego manteve a tendência de decréscimo registada desde o segundo trimestre de 2013, permanecendo, no entanto, elevada.

▪ O défice orçamental ascendeu a 6% no primeiro trimestre de 2014, o que compara com o défice de 10% registado no período homólogo anterior. O rácio entre a dívida pública e o PIB aumentou ligeiramente.



Capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento das sociedades não financeiras, em % do PIB

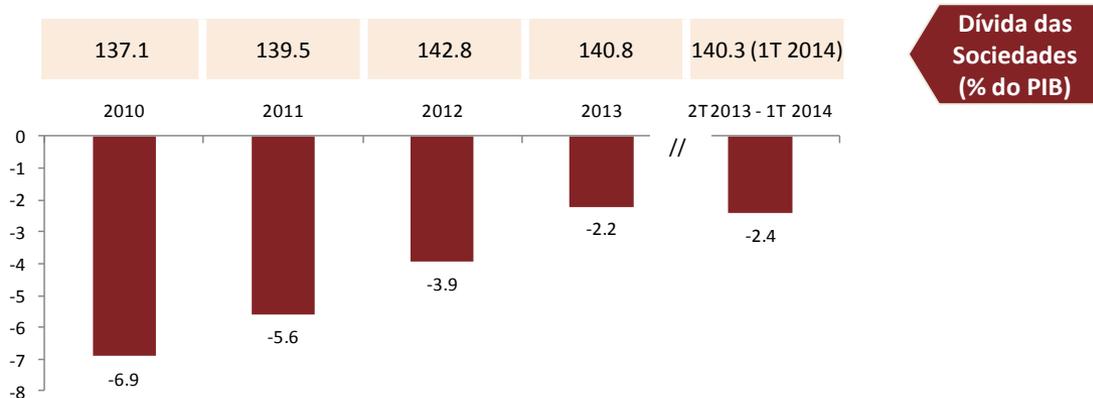


Gráfico 5

Capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento dos particulares, em % do PIB

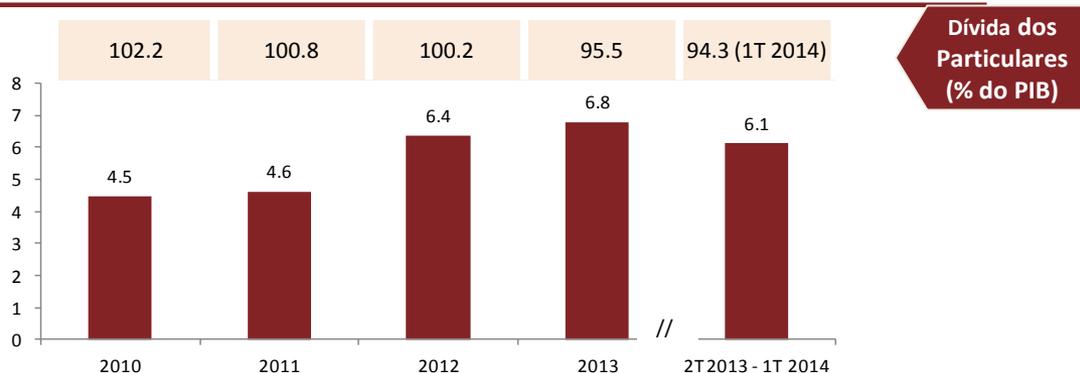


Gráfico 6

■ As necessidades de financiamento das sociedades não financeiras registaram um ligeiro acréscimo no primeiro trimestre de 2014. O nível de endividamento reduziu-se ligeiramente, permanecendo elevado.

■ A capacidade de financiamento dos particulares manteve-se consideravelmente positiva no primeiro trimestre de 2014. O nível de endividamento dos particulares continuou a reduzir-se.



Taxas de rendibilidade de dívida pública a 10 anos

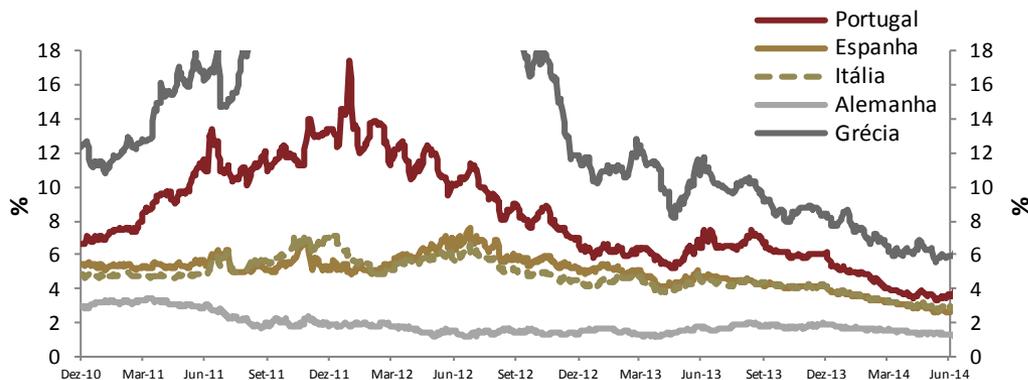


Gráfico 7

Euribor e taxa de juro do BCE

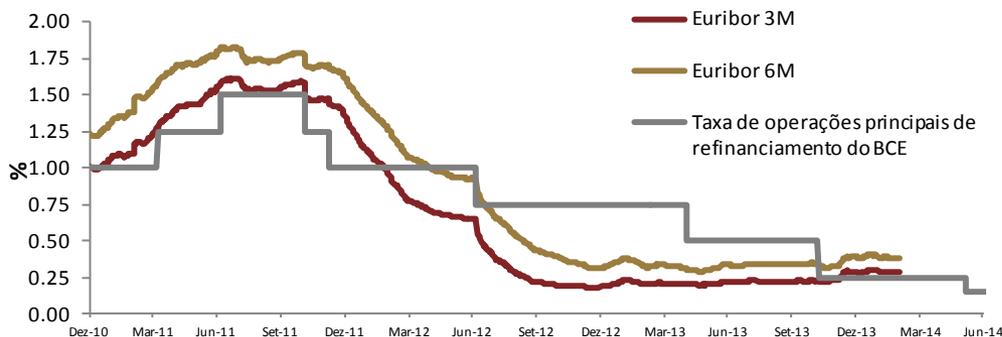


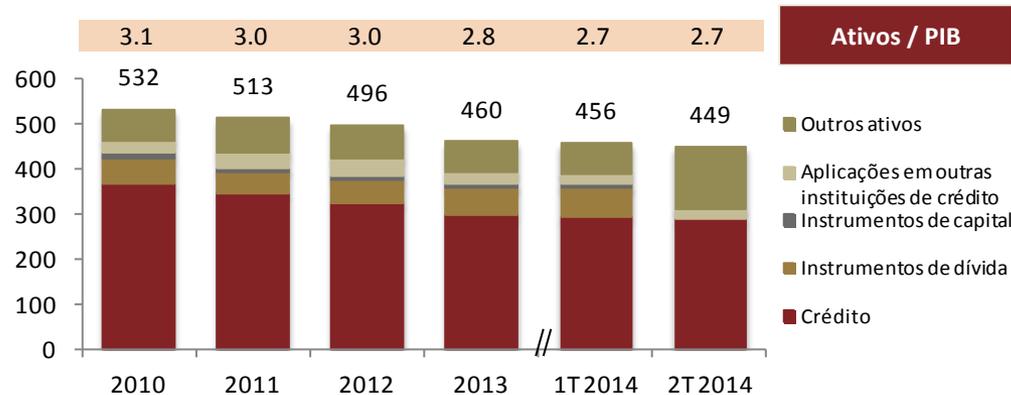
Gráfico 8

■ As taxas de rendibilidade da dívida pública portuguesa continuaram a diminuir no decurso do primeiro semestre de 2014, estreitando os diferenciais em relação à dívida alemã de maturidade comparável.

■ No início de junho o BCE reduziu a taxa de refinanciamento das operações principais em 10 pontos base, para 0.15%, conjuntamente com a diminuição da taxa da facilidade permanente de depósito na mesma magnitude para um valor negativo (-0.10%).



Ativos (€mM) – Valor em final do período



Nota: Os dados reportados pelo BES, com referência a junho de 2014, não permitem efetuar a habitual ventilação do ativo total pelas principais rubricas.

Gráfico 9

Estrutura de financiamento bancário (€mM) – Valor em final do período

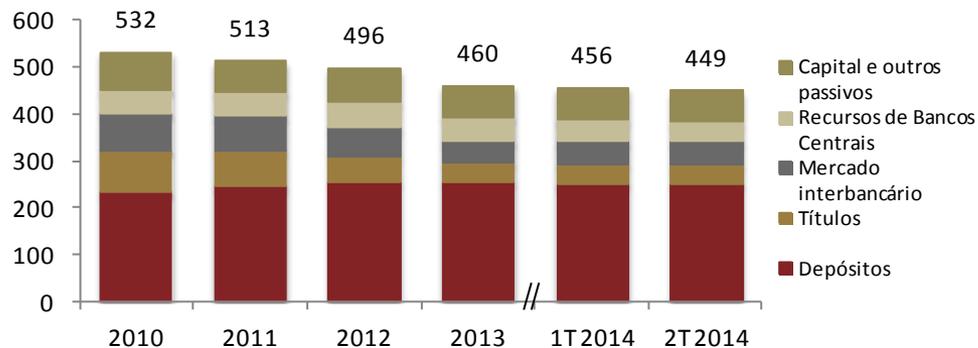


Gráfico 10

▪ O ativo total do sistema bancário português continuou a reduzir-se no segundo trimestre de 2014, prosseguindo a trajetória descendente observada desde o final de 2010. Excluindo o BES, o ativo total diminuiu cerca de 0.7%.

▪ Para esta evolução contribuíram essencialmente a redução do crédito a clientes e a redução das aplicações em instituições de crédito.

▪ Relativamente à estrutura de financiamento, observou-se uma diminuição considerável do recurso ao Eurosistema. Os depósitos de particulares registaram um ligeiro aumento.



Recursos de Bancos Centrais (€mM) – Valor em final de período

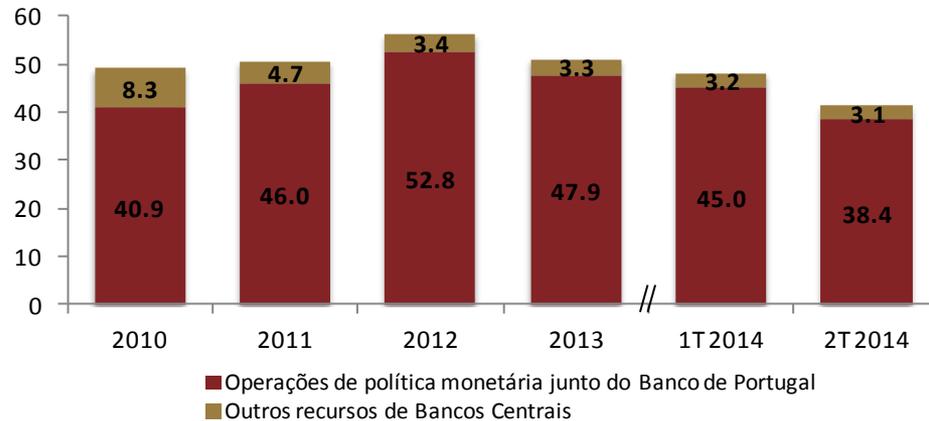


Gráfico 11

Rácio Crédito-Depósitos (%) – Valor em final de período

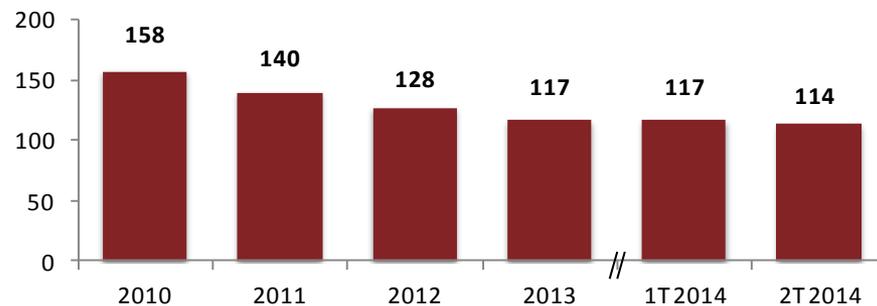


Gráfico 12

▪ No segundo trimestre de 2014, o recurso a financiamento de bancos centrais, na quase totalidade obtido junto do Eurosistema, diminuiu para níveis mínimos desde o início do Programa de Assistência Económica e Financeira.

▪ O rácio de transformação retomou a trajetória descendente: aproximadamente 2/3 desta evolução atribuíveis à redução da carteira de crédito e 1/3 atribuível ao aumento dos depósitos de clientes.



Gap comercial (€mM) – Valor em final de período

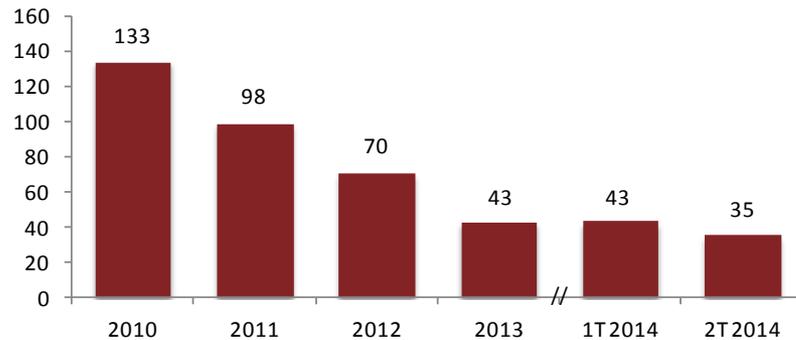


Gráfico 13

Gaps de liquidez em escalas cumulativas de maturidade (em % ativos estáveis) – Valor em final de período

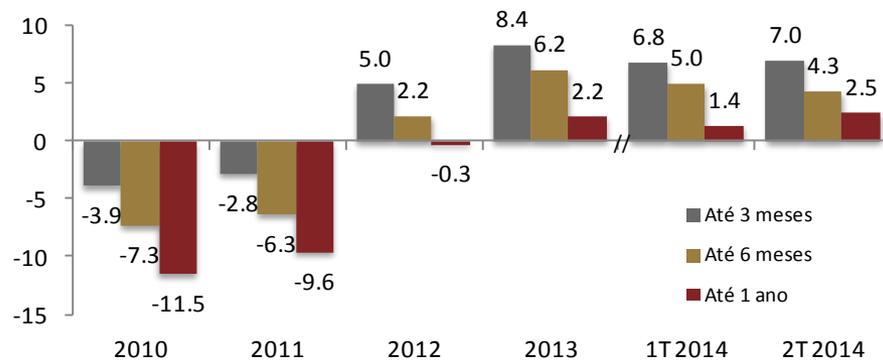


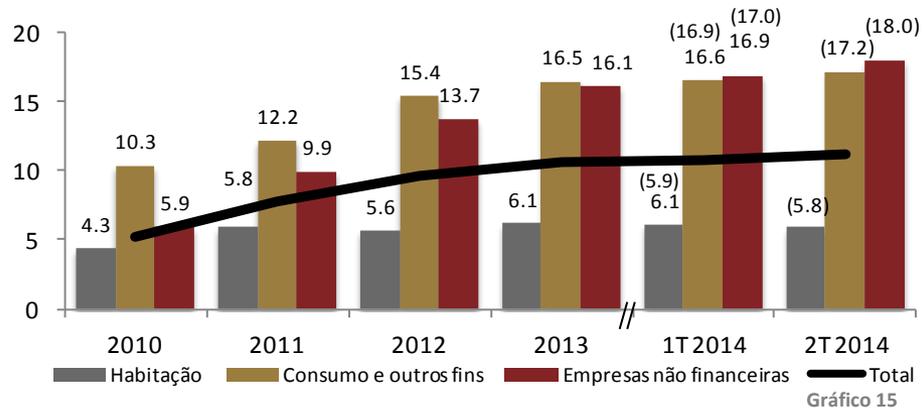
Gráfico 14

▪ No segundo trimestre de 2014, o *gap* comercial reduziu-se novamente, para um valor muito reduzido em termos históricos.

▪ Os *gaps* de liquidez permaneceram virtualmente inalterados, assumindo valores positivos em todas as maturidades consideradas.



Rácio de crédito em risco (% do crédito bruto) – Valor em final de período



Nota: Os dados relativos ao 2.º trimestre de 2014 não incluem o BES, pelo que surgem entre parêntesis. Adicionalmente, também entre parêntesis, são apresentados os rácios de crédito em risco, a março de 2014, para o agregado do sistema bancário excluindo a entidade do grupo bancário relevante à data (a ESFG), para permitir comparação.

Imparidades para crédito em % do crédito bruto – Valor em final de período

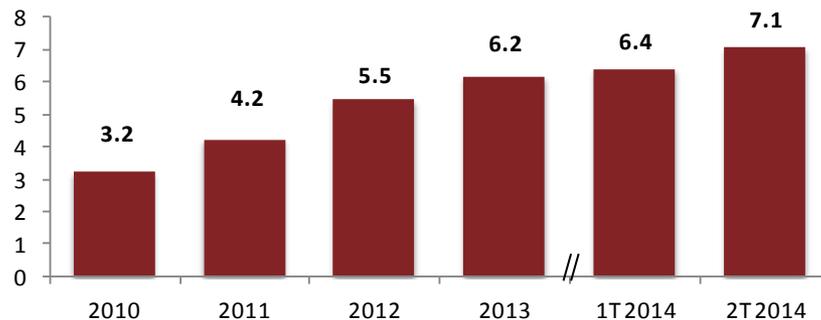


Gráfico 16

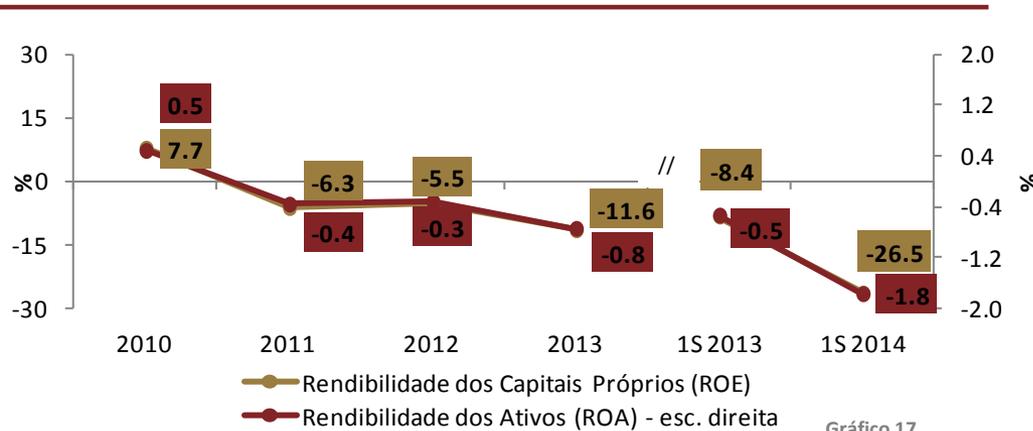
- O rácio de crédito em risco prosseguiu a trajetória ascendente no segundo trimestre de 2014. Estes desenvolvimentos são parcialmente justificados por um efeito de denominador (desalavancagem), dado que o fluxo de novos empréstimos vencidos e outros de cobrança duvidosa tem vindo a reduzir-se desde meados de 2012.

- O agravamento do rácio de crédito em risco desde 2010 resultou sobretudo da deterioração da qualidade do crédito concedido a sociedades não financeiras. O referido efeito de denominador representa cerca de 50% do agravamento no último semestre.

- O rácio entre imparidades e crédito bruto tem vindo a aumentar desde 2010, acompanhando a materialização do risco de crédito. O aumento considerável observado no segundo trimestre de 2014 está, sobretudo, relacionado com os desenvolvimentos no BES. Excluindo esta instituição o rácio teria registado um ligeiro aumento, de 6.3% para 6.4%.

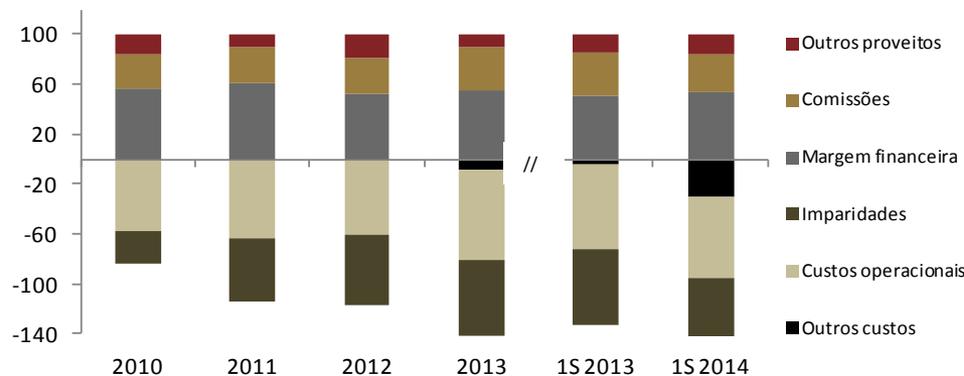


ROA e ROE – Valor do período



Nota: Valores anualizados.
A rendibilidade é medida pelos resultados antes de impostos e de interesses minoritários.

Custos e Proveitos em % do produto bancário – Valor do período

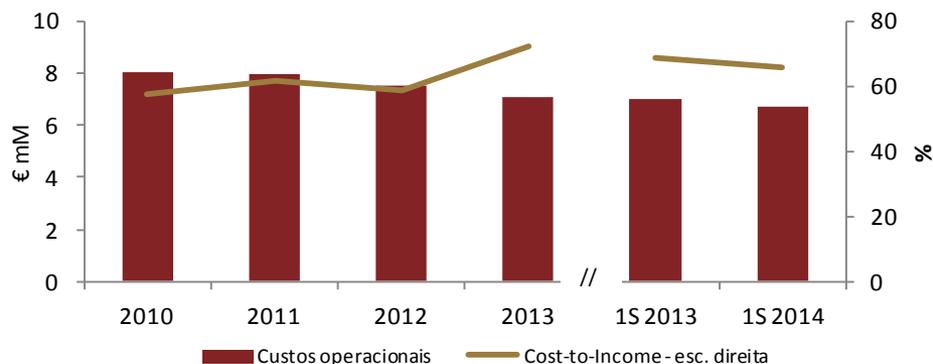


▪ No primeiro semestre de 2014 os resultados agregados do sistema bancário português foram dominados pelos desenvolvimentos no BES, por conta do registo de imparidades para crédito significativas e outras provisões, incluídas na rubrica “outros custos”.

▪ Excluindo o BES, a rendibilidade do sistema bancário seria positiva (ROA de 0.25% e ROE de 3.8%). No período recente, destaque para a dinâmica positiva da margem financeira, para o aumento dos ganhos em operações financeiras e para a redução dos custos operacionais. Observou-se uma ligeira diminuição do fluxo de imparidades.



Cost-to-Income (%), Custos operacionais (€mM) – Valor do período



Nota: Valores anualizados.

Gráfico 19

Taxas de juro bancárias (novas operações) – Valor médio do período

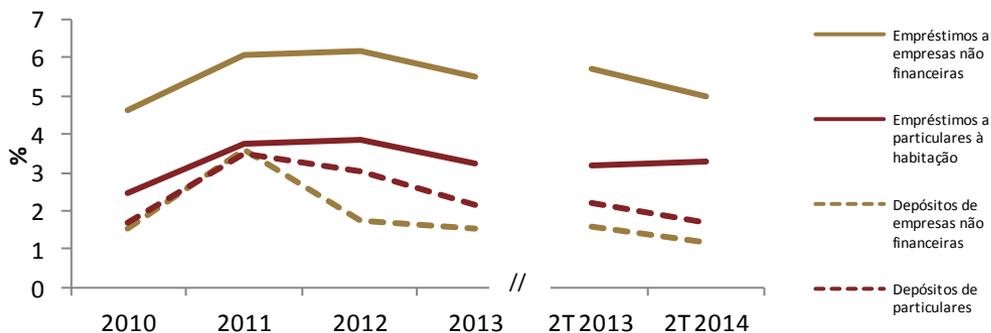


Gráfico 20

▪ A redução no rácio *cost-to-income* (*CtI*) em relação ao período homólogo de 2013 decorreu principalmente do aumento do produto bancário. Excluindo o BES esta evolução teria sido mais pronunciada. O rácio *CtI*, com referência ao primeiro semestre de 2014, ascenderia a 55%, cerca de 10 pontos percentuais abaixo do observado para o total do sistema.

▪ No segundo trimestre de 2014 a taxa de juro média dos novos empréstimos a sociedades não financeiras diminuiu relativamente ao período homólogo, mantendo a tendência de decréscimo.

▪ As taxas de juro dos novos empréstimos a particulares têm permanecido estáveis desde o quarto trimestre de 2012.

▪ O custo dos novos depósitos prosseguiu a tendência de redução. As taxas de juro estão agora significativamente abaixo dos valores praticados em 2011/2012, um período de forte competição por recursos de clientes.



Capital Tier 1 sobre total do ativo – Valor em final de período

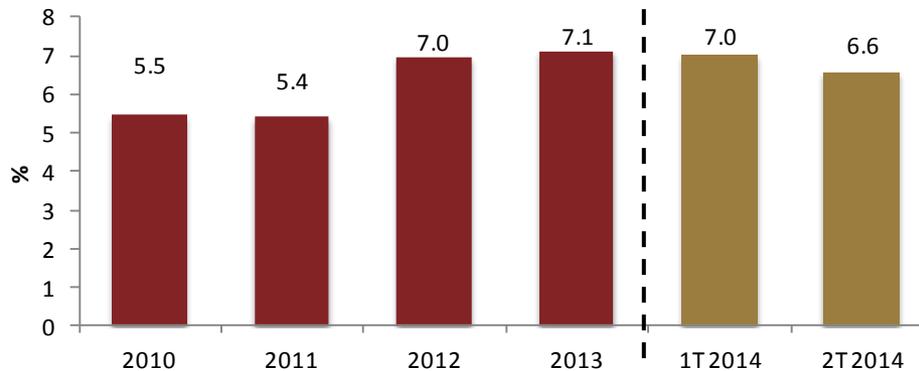


Gráfico 21

Rácio Core Tier 1 (até 2013) e Rácio CET 1 (2014) – Valor em final de período



Gráfico 22

▪ No final do segundo trimestre de 2014, a alavancagem do sistema bancário, medida pelo rácio entre o capital Tier 1 e o ativo total, situou-se em 6.6% (7.1% excluindo o BES).

▪ O rácio CET 1 foi de 10.6% para o agregado dos bancos, no contexto de um mínimo regulamentar de 7%*. O BES tem um impacto considerável no rácio médio e na sua evolução recente. Excluindo esta instituição, o rácio CET 1 médio do sistema bancário aumentou ligeiramente, de 12.2% para 12.3%.

* Desde 1 de janeiro de 2014 está em vigor o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013, que estabelece um novo regime, transitório, de adequação de fundos próprios. O novo regime consagra, designadamente, que as instituições de crédito e as empresas de investimento preservem um rácio de fundos próprios principais de nível 1 (rácio CET 1, na sigla anglo-saxónica) não inferior a 7%, até que a Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – *Capital Requirements Directive*) seja transposta para o quadro jurídico português.

Sistema Bancário Português

Desenvolvimentos Recentes – 2.º trimestre 2014



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA